



LEI N° 6.618, DE 09 DE MAIO DE 2024

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA VIÁRIA – FUNSEVI NO MUNICÍPIO DE CARIACICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARIACICA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**CAPITULO I
DOS OBJETIVOS**

Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal de Segurança Viária de Cariacica (FUNSEVI) constituído por recursos provenientes do orçamento anual do Município e por outras fontes, com o objetivo de promover a Segurança Viária no Município de Cariacica, podendo, portanto, ser aplicado:

- I-** Na aquisição de equipamentos, de materiais e contratação de serviços necessários à Segurança Viária do Município de Cariacica;
- II-** Na orientação e fiscalização do trânsito;
- III-** Na aquisição de materiais e contratação de serviços para realização de ações e projetos da coordenação de informação e educação para o trânsito;
- IV-** Na formação e qualificação de todo efetivo que atue na segurança viária do município de Cariacica;
- V-** Na manutenção, reforma e ampliação dos espaços utilizados pela Gerência de trânsito e Agentes de trânsito de Cariacica;
- VI-** No desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação e comunicação necessários aos serviços relacionados à Segurança Viária no Município de Cariacica;

PROC. ELETRÔNICO: 17068/2024 – 20.599/2024





CAPITULO IV DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Art. 6º A coordenação executiva será exercida pela Secretaria Administrativa do FUNSEVI.

Art. 7º O Secretário Administrativo do FUNSEVI será designado por ato do Chefe do Poder Executivo, dentre os servidores lotados na Secretaria Municipal de Defesa Social - SEMDEFES.

Parágrafo Único. Os recursos financeiros e materiais necessários ao funcionamento do FUNSEVI serão providos pela SEMDEFES.

Art. 8º Compete à Secretaria Administrativa do FUNSEVI:

- I - Elaborar o Plano de Ação do FUNSEVI a ser aprovado pelo Comitê Gestor;
- II - Acompanhar, controlar e fiscalizar a execução dos projetos e atividades aprovados pelo FUNSEVI;
- III - Coordenar e desenvolver as atividades administrativas necessárias as atividades do FUNSEVI;
- IV - Elaborar propostas de convênios, acordos e contratos a serem firmados entre a SEMDEFES e entidades públicas ou privadas, em consonância com os objetivos do FUNSEVI;
- V - Preparar a pauta da reunião da convocação do Comitê Gestor;
- VI - Escrever as atas e providenciar sua assinatura, após aprovação;
- VII - Monitorar o fundo de caixa do FUNSEVI e assegurar a adequação entre suas receitas e aplicações.

Art. 9º A gestão administrativa do FUNSEVI deverá ser operacionalizada, controlada e contabilizada com nomenclatura de contas próprias, obedecendo

PROC. ELETRÔNICO: 17068/2024 – 20.599/2024





a Legislação Vigente e orientações Municipais sobre pagamentos e movimentações de contas e demais legislação em vigor.

CAPITULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. Observar-se-á na aplicação e utilização de recursos provenientes do FUNSEVI as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 11. A extinção do Fundo instituído por esta Lei acarreta a reversão do eventual saldo remanescentes para a Conta Única do Município.

Art. 12. Os casos omissos serão decididos pelo Comitê Gestor do Fundo Municipal de Segurança Viária.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial necessário para fazer face às despesas decorrentes desta Lei.

Art. 14. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cariacica/ES, 09 de maio de 2024.

EUCLERIO DE AZEVEDO SAMPAIO JUNIOR

Prefeito Municipal

PROC. ELETRÔNICO: 17068/2024 – 20.599/2024



repassado ao FUNSEVI, após quitação da parcela do contrato e seus aditivos acrescido do percentual de 10%.

§ 2º Os recursos das receitas previstas nos incisos I e II deste artigo deverão

ser utilizados para investimentos e custeio das atividades elencadas no Artigo

320 do Código de Trânsito Brasileiro.

§ 3º Os recursos que compõem o Fundo Municipal de Segurança Viária serão depositados em conta especial, sob a denominação – Fundo Municipal de Segurança Viária- e sob a fiscalização do Comitê Gestor do FUNSEVI.

§ 4º A cada final de exercício financeiro, os recursos do FUNSEVI não utilizados devem ser transferidos para o exercício subsequente, sendo mantidos nas contas do Fundo para utilização.

§ 5º Fica autorizada a aplicação financeiras das disponibilidades do FUNSEVI em operações ativas, de modo a preservá-las contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

CAPITULO III DO COMITÊ GESTOR

Art. 3º Fica criado o Comitê Gestor do Fundo Municipal de Segurança Viária, com a atribuição de orientar, controlar e fiscalizar o seu funcionamento, com a seguinte composição:

I - Secretário Municipal de Defesa Social, que o presidirá;

II - Gerente de Trânsito;

III - 02 (dois) Agentes de trânsito;

IV - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças;

V - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Governo;

VI - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração;

VII - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Controle e Transparência;

§ 1º As reuniões do Comitê Gestor deverão contar com no mínimo, 05 (cinco) membros, além do Secretário de Defesa Social.

§ 2º Os membros do Comitê Gestor do FUNSEVI serão indicados pelos órgãos e entidades representados e serão investidos nas funções de conselheiros através de ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 3º Para cada membro efetivo será indicado um suplente, que assumirá, com direito a voto, nas ausências ou impedimentos do titular.

§ 4º Os órgãos e entidades relacionados neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes.

§ 5º Os representantes do Comitê Gestor não farão jus a remuneração de qualquer natureza.

Art. 4º Compete ao Comitê Gestor:

I - Aprovar o Plano Anual de Aplicação do fundo Municipal de Segurança Viária, nos quais estarão fixadas as diretrizes e prioridades que nortearão as aplicações dos recursos do fundo;

II - Fixar os critérios e condições de acesso aos recursos do Fundo;

III - Fiscalizar a aplicação dos recursos concedidos do Fundo;

IV - Aprovar mediante resolução a realização das despesas sugeridas pelo Secretário Municipal de Defesa Social;

V - Aprovar o balanço anual do Fundo Municipal de Segurança Viária.

Art. 5º O Comitê Gestor se reunirá mediante convocação do Secretário de Defesa Social para apreciar as sugestões de aplicação dos recursos e outros assuntos relacionados aos objetivos do FUNSEG.

CAPITULO IV DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA

Art. 6º A coordenação executiva será exercida pela

Secretaria Administrativa do FUNSEVI.

Art. 7º O Secretário Administrativo do FUNSEVI será designado por ato do Chefe do Poder Executivo, dentre os servidores lotados na Secretaria Municipal de Defesa Social - SEMDEFES.

Parágrafo Único. Os recursos financeiros e materiais necessários ao funcionamento do FUNSEVI serão providos pela SEMDEFES.

Art. 8º Compete à Secretaria Administrativa do FUNSEVI:
I - Elaborar o Plano de Ação do FUNSEVI a ser aprovado pelo Comitê Gestor;

II - Acompanhar, controlar e fiscalizar a execução dos projetos e atividades aprovados pelo FUNSEVI;

III - Coordenar e desenvolver as atividades administrativas necessárias as atividades do FUNSEVI;

IV - Elaborar propostas de convênios, acordos e contratos a serem firmados entre a SEMDEFES e entidades públicas ou privadas, em consonância com os objetivos do FUNSEVI;

V - Preparar a pauta da reunião da convocação do Comitê Gestor;

VI - Escrever as atas e providenciar sua assinatura, após aprovação;

VII - Monitorar o fundo de caixa do FUNSEVI e assegurar a adequação entre suas receitas e aplicações.

Art. 9º A gestão administrativa do FUNSEVI deverá ser operacionalizada, controlada e contabilizada com nomenclatura de contas próprias, obedecendo a Legislação Vigente e orientações Municipais sobre pagamentos e movimentações de contas e demais legislação em vigor.

CAPITULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10. Observar-se-á na aplicação e utilização de recursos provenientes do

FUNSEVI as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 11. A extinção do Fundo instituído por esta Lei acarreta a reversão do eventual saldo remanescentes para a Conta Única do Município.

Art. 12. Os casos omissos serão decididos pelo Comitê Gestor do Fundo Municipal de Segurança Viária.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial necessário para fazer face às despesas decorrentes desta Lei.

Art. 14. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Cariacica/ES, 09 de maio de 2024.

EUCLERIO DE AZEVEDO SAMPAIO JUNIOR

Prefeito Municipal

LEI Nº 6.619, DE 09 DE MAIO DE 2024

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CELEBRAR TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA PARA QUITAÇÃO DE DÉBITOS PERANTE A FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DERIVADOS DE DESCUMPRIMENTO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS NA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DA LEI ALDIR BLANC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARIACICA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a celebração de transação tributária para quitação de débitos perante a Fazenda Pública Municipal derivados de descumprimento de compromissos assumidos na utilização de recursos da Lei Aldir Blanc.

§ 1º A Administração Municipal quando credora poderá receber para seu crédito bens ou serviços de interesse do Sistema Municipal de Cultura, com vistas a extinção dos créditos a que se refere o caput.

§ 2º Os valores dos créditos tributários deverão ser

